



**REENCONTROS
NOVOS ESPAÇOS
OPORTUNIDADES**

XXXIV SIC Salão Iniciação Científica

**26 - 30
SETEMBRO
CAMPUS CENTRO**

Evento	Salão UFRGS 2022: SIC - XXXIV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2022
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	Justiça e relações internacionais: a desigualdade internacional é um problema?
Autor	MANUELA TERRA DOS SANTOS
Orientador	PAULO BAPTISTA CARUSO MACDONALD

É recorrente na filosofia política que instituições políticas devem satisfazer certos critérios morais, bem como que concidadãos possuem entre si deveres de justiça. Entretanto, diversos problemas enfrentados pela humanidade demandam uma atuação coordenada *entre* países (como a Covid-19). Simultaneamente, não está claro quais deveres possuímos em relação àqueles indivíduos com os quais não compartilhamos cidadania, nem quais padrões morais, se algum, a cooperação internacional deve respeitar. Para sermos capazes de analisar criticamente o sistema internacional, é preciso esclarecer essas questões. A presente pesquisa, de caráter bibliográfico e ainda em desenvolvimento, pretende contribuir com tal empreendimento. Em especial, questiona se desigualdades econômicas no plano internacional são um problema de justiça. Inicialmente, foram encontrados desafios à possibilidade de se falar em *justiça* fora do contexto nacional. Um deles é exposto por Nagel em *The Problem of Global Justice* (2005) e apela à relação entre justiça e soberania em Hobbes: a justiça só é alcançada dentro de uma comunidade com poder soberano. Esse poder, que determina regras e pune seus violadores, é o que torna o respeito às regras racional, pois fornece aos indivíduos uma garantia de cumprimento recíproco. Inexistindo *soberano global*, não há *justiça/injustiça* nesse terreno. Na fase atual da pesquisa, analisa-se a resposta de Beitz ao desafio, presente em *Political Theory and International Relations* (1979). O argumento de origem hobbesiana, segundo Beitz, possui duas premissas: (i) o plano internacional é um estado de guerra; e (ii) princípios morais, para serem justificados, devem promover os interesses dos agentes aos quais se aplicam. Beitz pretende derrotar (i) argumentando que as relações internacionais são diferentes do estado de natureza nas situações relevantes para caracterização da guerra (por exemplo, os Estados não possuem simetria de poder). Contra (ii), defende o uso de um ponto de vista que considere *pessoas*, não Estados, na justificação moral.